



ENTAC2006

A CONSTRUÇÃO DO FUTURO | XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído | 23 a 25 de agosto | Florianópolis/SC

CONTRIBUIÇÕES A INTERVENÇÕES MAIS SUSTENTÁVEIS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS - PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ENVOLVIMENTO DOS MORADORES - ESTUDO DE CASO NA ILHA GRANDE DOS MARINHEIROS. PORTO ALEGRE/RS.

Marcos Berwanger Profes (1); Beatriz Fedrizzi (2); Miguel Aloysio Sattler (3)

(1) PPGEC – UFRGS – e-mail: mprofes@uol.com.br

(2) NORIE/ PPGEC – UFRGS – e-mail: beatrizfedrizzi@terra.com.br

(3) NORIE/ PPGEC – UFRGS – e-mail: sattler@ufrgs.br

RESUMO

Proposta: este trabalho tem o objetivo de contribuir para intervenções mais sustentáveis em assentamentos precários, considerando a percepção ambiental dos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros. Trata-se de local pertencente à Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí, situada na região metropolitana de Porto Alegre. Tendo em vista a situação das ocupações e a extrema vulnerabilidade ambiental do local, a inclusão da percepção da população e a identificação de suas necessidades são fundamentais em processo de intervenção mais sustentável. **Método de pesquisa/Abordagens:** o estudo foi desenvolvido inicialmente através de fase exploratória, buscando uma apreensão do local. A etapa seguinte consistiu em levantamento de dados, realizado por meio de entrevistas com moradores e por observação direta. Os objetivos propostos foram identificar e analisar a percepção ambiental dos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros. Foram identificados e analisados os valores, atitudes, vínculos afetivos com o local e com a comunidade, o nível de satisfação dos moradores, os principais problemas da área, além de sua percepção sobre a questão ambiental e sua expectativa em relação à Área de Proteção Ambiental (APA), que permite ocupação de forma sustentável. Os dados foram então analisados e apresentados à comunidade. **Resultados:** foram identificados e analisados: o perfil, valores, atitudes e expectativas dos moradores, relacionadas ao tempo de permanência na ilha, além dos conflitos existentes. Verificou-se, também, que uma parcela significativa dos entrevistados tem um vínculo afetivo com o local e com a natureza. **Contribuições:** o trabalho se mostra relevante, tendo em vista a viabilidade da ocupação do local a partir da criação da APA em 2005, tornando-se necessário um projeto de intervenção mais sustentável, para o qual, a consideração da percepção dos envolvidos e a identificação de suas necessidades são fundamentais.

Palavras-chave: sustentabilidade; percepção ambiental; assentamentos precários.

ABSTRACT

Propose: the aim of this work is to contribute for more sustainable interventions in precarious settlements, considering the environmental perception of the inhabitants of Ilha Grande dos Marinheiros. It is located in the metropolitan region of Porto Alegre and it is situated in the APA of Delta do Jacuí. Regarding the situation of the occupation and the extreme environmental vulnerability, the inclusion of the perception of the population and the identification of its yearnings are essential in the process of sustainable intervention. **Methods:** the study was developed initially through an exploratory stage, in order to comprehend the place. The following stage consisted of data collecting, carried through by interviews with inhabitants and observation. The main objective was to identify and to analyze the ambient perception of the inhabitants of Ilha dos Grande dos Marinheiros: the affective values, attitudes, place and community attachment, the evaluation of the satisfaction of the inhabitants, the main problems of the area, as well as the perception by the environmental issue and their expectations related to the approval of the Enviromental Protection Area. Subsequently the data were

analyzed and presented to the community. **Results:** the profile, values, attitudes and expectations of the inhabitants were identified and analysed, in relation to the living period on the place, and also the existing conflicts. It was also verified that a large number of the interviewed have a place and nature attachment. **Contributions:** this work is expected to be relevant, regarding the viability of the areas occupation due to the APA's creation in 2005, becoming necessary a more sustainable intervention project, for which, the consideration of the population perception and the identification of their yearnings becomes essencial.

Keywords: sustainability; environmental perception; informal settlements.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O crescimento das cidades e o déficit habitacional têm gerado diversos problemas urbanos, como a falta de infra-estrutura adequada, que atenda a essa demanda, além de danos ao meio ambiente. Este crescimento acelerado, em conjunto com o empobrecimento de uma parcela significativa da população, gera, também, outra grave consequência, que é o surgimento de assentamentos precários. Esses carecem de uma infra-estrutura adequada, configurando uma ocupação ilegal de espaços públicos ou áreas que representem riscos ou em reservas de proteção ambiental. Outra questão fundamental é a presença de populações ditas tradicionais em áreas de interesse ambiental, que vivem de forma integrada ao ambiente, tendo sua dinâmica de vida organizada de acordo com as condições naturais.

Esse é o panorama do local onde está focado o estudo, a Ilha Grande dos Marinheiros. A área contém aproximadamente 30 ilhas e regiões continentais limítrofes de características semelhantes, e está compreendida em áreas pertencentes aos municípios de Porto Alegre, Canoas, Triunfo, Nova Santa Rita e Eldorado do Sul. Até o ano de 2005, a Ilha Grande dos Marinheiros estava localizada em área pertencente ao Parque Estadual Delta do Jacuí (Decreto Estadual n. 24.385, em janeiro de 1976, como Unidade de Conservação e ampliado em 1979, pelo Decreto Estadual n. 28161, de janeiro de 1979). Em 2005, foi aprovado, pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, e sancionado, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 159/2005 (RIO GRANDE DO SUL, 2005), que Cria a APA - Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí e o Parque Estadual Delta do Jacuí (Figura 1)..



Figura 1 – Ilha Grande dos Marinheiros, parte do Delta do Jacuí e Porto Alegre (MENEGAT, 1998).

A área de estudos, até o ano de 2005, estando situada em uma área definida como uma unidade de conservação de manejo de proteção integral – Parque Estadual, não era compatível com a presença de assentamentos humanos, ainda que o início da ocupação seja anterior à implantação do Parque. Por essa razão, foi palco de inúmeros conflitos, sendo foco de diversos estudos de viabilidade e de polêmicas, que perduraram por mais de 30 anos. A situação da população permaneceu, portanto,

indefinida, sendo levantadas diversas alternativas, que incluíam, desde a remoção, ou relocação da população para sítios de características mais adequadas à urbanização, porém distantes do centro de Porto Alegre, até a permanência na área, o que vai ao encontro do que sugere a bibliografia, que indica as formas de intervenção em assentamentos precários (BUENO, 2000; ABIKO, 2003). A partir da criação da APA, a ocupação existente poderá ser regularizada, mas as intervenções que sejam implementadas no local devem ter como objetivo o equilíbrio entre a ocupação humana e o meio ambiente, considerando o contexto local e os valores da população envolvida.

De acordo com o estudo realizado e com a bibliografia sobre o local (PORTO ALEGRE, 1979), observa-se que existe uma parcela significativa de moradores, chamados **ilhéus**, que vivem de forma integrada ao ambiente natural, vivendo, sobretudo da pescaria, capina e agricultura.

1.2 Sustentabilidade e Percepção Ambiental

1.2.1 Sustentabilidade

A discussão sobre o tema desenvolvimento sustentável teve início com a Comissão Mundial de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, em 1987. Nessa Comissão, o termo foi definido como *aquele desenvolvimento que atende às necessidades da geração atual, sem comprometer as futuras gerações*.

Dentro deste contexto de definição do termo desenvolvimento sustentável, Sachs (1993) traz uma das mais importantes contribuições, propondo a sistematização de cinco dimensões principais da sustentabilidade. Para o autor, todo o planejamento de desenvolvimento que almeje ser sustentável precisa levar em conta as cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Entre as dimensões propostas por Sachs (1993) está ausente a dimensão política, abordada por diversos autores (SILVA; SHIMBO, 2001; SATTERTHWAIT, 2004).

De acordo com Acselrad (1999), a associação da noção de sustentabilidade ao debate sobre desenvolvimento urbano tem origem nas rearticulações políticas, pelas quais um certo número de atores envolvidos na produção do espaço urbano procuram dar legitimidade a suas perspectivas, evidenciando a compatibilidade das mesmas com os propósitos do desenvolvimento sustentável, em acordo com os princípios da Agenda 21 (1992). Esse documento propõe estratégias para as cidades, sendo vistas como o habitat da vida humana, devendo abrigar a solidariedade, a participação, o entendimento e a negociação entre os setores sociais, a construção do conhecimento, qualidade de vida e a interação com o sistema natural.

No documento que contém a proposta para a Agenda 21 brasileira, o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2000) se refere a cidades sustentáveis, dizendo que a problemática ambiental das cidades brasileiras é decorrente do processo desigual por que passou a sociedade nas últimas décadas, resultando em migrações para as cidades. Além disso, a falta de gestão do crescimento urbano provocou o deslocamento da população de baixa renda para áreas afastadas, além de diversos problemas de infra-estrutura urbana, tornando mais graves os problemas sociais, urbanos e ambientais dos grandes centros.

1.2.2 Percepção Ambiental

A percepção ambiental tem se mostrado fundamental em análises de ocupação humana, auxiliando, também, em projetos de intervenção em áreas degradadas. Ao ser levantada a questão de sustentabilidade, é importante identificar o significado do ambiente para a população, tendo em vista que qualquer projeto no ambiente urbano lida com necessidades humanas, que variam conforme o contexto cultural (ROSS et al, 1994 apud CASTELLO, 1994).

As intervenções habituais em assentamentos precários visam a uma solução do problema habitacional, sem levar em conta questões fundamentais incluindo: como os moradores percebem o espaço, como é sua vivência no local, o que os usuários percebem como sendo os valores contidos no ambiente (a

percepção de atributos positivos e de condições negativas), quais são seus costumes e suas necessidades específicas, se eles serão capazes de se apropriarem do espaço após uma intervenção e, como eles se relacionarão com o ambiente onde vivem.

De acordo com Castello (2005, p. 3): “manter os elementos responsáveis pela atribuição de significados a um espaço urbano, por exemplo, em áreas onde a identidade urbana já esteja consolidada, é uma estratégia essencial na busca e na realização da sustentabilidade (uma sustentabilidade psicológica) de uma determinada sociedade”. Portanto, a percepção ambiental pode auxiliar, não somente no desenvolvimento socioeconômico e ambiental de um lugar, mas, também, na busca de qualidade de vida da população envolvida e sua integração com o meio ambiente.

Com base nas considerações de autores sobre o papel da percepção ambiental no processo de projeto (POL, 2003; WIESENFELD, 2003; CASTELLO, 2005), pode-se concluir que a intervenção em um assentamento precário deve incluir, além da implantação e melhoria de infra-estrutura, a construção e/ou manutenção do Lugar, em que comparecem fatores físicos e psicológicos. A percepção ambiental pode contribuir na conservação de determinados valores presentes no ambiente e no desenvolvimento, sem destruí-lo, trazendo soluções sustentáveis para conflitos ambientais.

1.2.3 Percepção Ambiental e princípios de sustentabilidade

Para o objetivo do trabalho, é importante relacionar a percepção ambiental às dimensões da sustentabilidade, buscando apresentar sua aplicação em intervenções mais sustentáveis em assentamentos precários:

1.2.3.1 Ambiental

A percepção ambiental pode identificar e analisar qual a relação entre as pessoas e o ambiente onde vive, sobretudo na utilização dos recursos naturais: atitudes, seu interesse, ou não, de conservação, sua percepção do risco ambiental, valores e influências recíprocas homem-ambiente, além de verificar qual o entendimento da população em relação aos problemas ambientais. De acordo com Del Rio e Oliveira (1996), a apreensão dos riscos ambientais só será possível se a população entendê-los como danosos à sua qualidade de vida.

A percepção ambiental pode fornecer, também, subsídios a intervenções ou manutenção das edificações existentes, definidas não só por costumes dos moradores, mas, também, por sua adequação às condições ambientais locais (por exemplo: uso de materiais de construção locais, construção bioclimática e construção em palafita, devido a constantes inundações), e, também, fornecer subsídios para educação ambiental para a formação do sistema de valores da população e para a manutenção da qualidade de vida. (GOODEY, 1981 apud DEL RIO e OLIVEIRA, 1996), fornecendo, também, aos órgãos dirigentes orientações mais adequadas para as decisões em nível político, socioeconômico e de desenvolvimento urbano (ALVES, 1996).

1.2.3.2 Social

O estudo da percepção ambiental pode auxiliar na identificação, manutenção ou formação da identidade do lugar (CASTELLO, 2005), no entendimento das relações do grupo, no entendimento e encaminhamento de soluções dos conflitos sócio-ambientais, para que os processos de intervenção ocorram de acordo com os valores locais. As intervenções devem ser pautadas segundo os interesses da comunidade envolvida, e de acordo com seus valores.

1.2.3.3 Econômico

O estudo da percepção ambiental da população pode identificar e analisar possibilidades e expectativas da população em relação à geração de trabalho e renda. A dimensão econômica também está relacionada à dimensão ambiental, sobretudo em assentamentos em que as principais atividades econômicas estão em conflito com a área ocupada, além de considerar que parte da população vive

baseada na exploração do meio ambiente, seja de forma sustentável (respeitando a capacidade de suporte do local) ou de forma predatória. A observação das características da população, incluindo suas atividades econômicas, pode evitar equívocos, como a proibição de determinadas atividades econômicas, fundamentais para a comunidade e o encaminhamento de soluções para problemas existentes.

1.2.3.4 Político

O estudo da percepção ambiental da população pode identificar e analisar a participação da comunidade na tomada de decisões e em associações comunitárias, entendendo seu papel nas mesmas, suas atitudes, os conflitos existentes, além da aspiração ou potencial da população em participar em decisões sobre seu ambiente mais coletivo, que podem motivar as decisões que poderão se tornar efetivamente legítimas. Castello (2005) afirma que diretrizes políticas retiradas de informações contextuais devem estimular a participação da população envolvida na concretização dessas diretrizes.

1.2.3.5. Cultural

A percepção ambiental pode verificar quais aspectos são de valor à comunidade e quais elementos têm um significado importante para a manutenção ou criação do sentimento de Lugar. Propicia, também a conservação do patrimônio urbanístico, paisagístico e ambiental, que referenciem a história e a memória das comunidades, de forma a considerar os costumes daquela comunidade, padrões de construção das habitações adequados ao ambiente, atividades locais, costumes locais e relação com a natureza. A percepção também pode fornecer subsídios à análise de valores, identidade e significado do lugar à população (POL, 2003; WIESENFELD, 2003; CASTELLO, 2005) .

2 OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar a percepção ambiental dos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, tendo como base os valores, atitudes, vínculos afetivos com o local e com a comunidade, o nível de satisfação com o local de moradia, os principais problemas da área, e sua expectativa em relação à Área de Proteção Ambiental (APA).

3 METODOLOGIA

3.1 Etapas de trabalho

O trabalho foi desenvolvido nas seguintes etapas: pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida durante todo o trabalho; fase exploratória; entrevistas; observação e análise dos dados.

3.2 Fase Exploratória

A Fase Exploratória teve como objetivo a apreensão da área de estudo a fim de viabilizar a etapa de coleta de dados posterior, além de definir os objetivos e estratégias da pesquisa (entrevistas com moradores). Envolveu as seguintes etapas: apresentação do projeto a órgãos competentes e lideranças comunitárias, entrevistas com moradores da área de estudo e análise de planilhas de cadastramento familiar, disponibilizadas pelo Posto de Saúde da Ilha Grande dos Marinheiros, acompanhado de revisão bibliográfica inicial.

Essa etapa inicial de levantamento em campo permitiu um reconhecimento inicial da condição do local de estudo e a definição do roteiro de entrevista para a etapa de coleta de dados. As entrevistas dessa etapa foram realizadas com 17 moradores, no mês de agosto de 2005. Entre as questões abordadas, estavam: a origem dos moradores e sua avaliação sobre o local onde reside, a participação em associações comunitárias, estratégias de ocupação e intervenção no ambiente natural (aterro, retirada de vegetação), e a verificação da infra-estrutura existente.

3.3 Entrevistas com moradores

3.3.1 Amostra

De acordo com os dados de Beck de Souza et al (1999), foram levantados, em 1999, 564 domicílios na Ilha Grande dos Marinheiros. De acordo com o Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2000), a Ilha Grande dos Marinheiros está contida em duas unidades censitárias, sul e norte da ilha, com total de 657 domicílios.

Tendo em vista a imprecisão dos dados populacionais e de domicílios da Ilha Grande dos Marinheiros, além da indisponibilidade de dados atuais e de cadastro dos domicílios, não foi possível compor uma amostra prévia de moradias para realização da coleta de dados- entrevista. De acordo com IBGE, (2000), domicílio é *qualquer edificação com banheiro e cozinha independentes*. Desta forma, os 657 domicílios estão distribuídos aleatoriamente nos lotes e seria necessária a realização de um levantamento preliminar, para verificar a distribuição atual dos domicílios. Por isso, foi adotada a modalidade de amostra sistemática, tendo como unidade mínima de amostra o lote, sendo considerado 1 domicílio por lote (domicílio principal), sendo entrevistados 20% dos lotes, ou 1 em cada 5 lotes. Foram realizadas entrevistas em 95 moradias de baixa renda, sendo entrevistados os moradores definidos como chefe de família ou cônjuge.

3.3.2 Entrevistas

As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado, contendo questões abertas e questões contendo categorias de resposta sobre: identificação dos motivos e tempo de residência na ilha, atividade econômica, qual a sua percepção sobre o trabalho com o lixo, identificação de valores, problemas e soluções, expectativas em relação a APA e questões sobre habitação e a comunidade. As respostas foram então categorizadas para facilitar sua interpretação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização do Entrevistado

Foram entrevistados 95 moradores da Ilha Grande dos Marinheiros; desses, 62 mulheres (65,3%) e 33 homens (34,7%). Como os entrevistados eram os proprietários das moradias, não há a ocorrência de crianças ou adolescentes. Entre os respondentes, há um considerável número de pessoas com mais de 60 anos (24; 28,8%), e dessas, 19 com idade de 65 anos ou mais.

4.2 Morar na ilha

Os respondentes foram perguntados, inicialmente, sobre quanto tempo residem na Ilha Grande dos Marinheiros. De acordo com as respostas obtidas, observa-se que a maioria dos entrevistados (n= 77, 81,3%) reside no local há, pelo menos, 10 anos. Desses, 44 (46,5%) já moram no local há pelo menos 30 anos, observando-se então que muitos moradores já residiam na Ilha Grande dos Marinheiros antes da criação do Parque. Outro dado importante é que 31 residentes (32,6%) nasceram e vivem na ilha. De acordo com Tuan (1980) e Gifford (1987), entre as influências na percepção ambiental, além das características pessoais e influências culturais, a experiência do indivíduo no lugar também pode se apresentar como um fator importante a ser considerado.

Em relação aos motivos para residir no local, razões familiares correspondem a 47,4% (n= 45) das respostas. Nesse grupo estão incluídos os moradores que vieram morar em função de familiares que moravam na ilha (14; 14,7%), assim como moradores cujos pais já moravam na ilha (20; 21,1%) ou também aqueles cujos pais nasceram e vivem na ilha (11; 11,6%).

Um dado interessante é que todos os 31 moradores que nasceram e moram na ilha, de diferentes faixas etárias, residem no local porque os pais também já residiam ou também nasceram e vivem na ilha, e porque acham bom viver no local. Entre esses moradores observa-se um sentimento topofílico, de apego ao lugar, manifestado pelo valor familiar e pela experiência de vida no lugar.

Entre outros motivos mais mencionados, estão casamentos (7; 7,4 %), procura de trabalho (7; 7,4%), remoção da vila onde moravam (6; 7,4%), e porque *é melhor na ilha* (6; 7,4%).

4.3 Valor afetivo

Os entrevistados foram, inicialmente, questionados se *gostam ou não de morar na ilha*. Como mostra a tabela 1, a maior parte dos moradores (91,6%) respondeu afirmativamente. Ainda que a área tenha problemas de infra-estrutura urbana, e, durante aproximadamente 30 anos a população teve sua situação de permanência ou remoção indefinida, observa-se que os motivos por quê gostam de morar na ilha, os respondentes demonstraram um sentimento de pertencimento, de apego e ligação ao lugar e à comunidade, motivado pelo longo período de permanência. Foram citadas pelos moradores: *tranquilidade, sossego, liberdade, aqui não tem banditismo como em outras vilas, me criei aqui, perto de Porto Alegre e dá para ir à pé e daqui eu não saio*. Entre os moradores que não gostam de morar na ilha (5,3%), responderam que *o lugar é muito desorganizado*.

Tabela 1 – Você gosta de morar na Ilha Grande dos Marinheiros?

	Frequência	Percentual
Sim	87	91,6
Não	5	5,3
mais ou menos	3	3,2
Total	95	100,0

Já na questão seguinte, quando os moradores foram perguntados se gostariam de permanecer na ilha ou mudar para outro local, um número maior de moradores manifestou que gostaria de mudar (18), devido à falta de infra-estrutura do local (saneamento e sujeira).

Entre os moradores que responderam que gostariam de mudar para outro local, estão principalmente aqueles que moram em área de invasão ao sul da ilha, próxima à rodovia BR 290, e os que residem na chamada *vilinha*, área mais densa, localizada ao norte da rodovia, com maior presença de lixo nos pátios das casas e na rua, assim como aterro nas áreas de banhado. Os entrevistados das áreas mais afastadas ao norte da Ilha (até 12 km da BR 290) consideram a ilha o melhor lugar para morar, devido à presença da natureza, da proximidade com o rio (canal Furado Grande) e a tranquilidade do local.

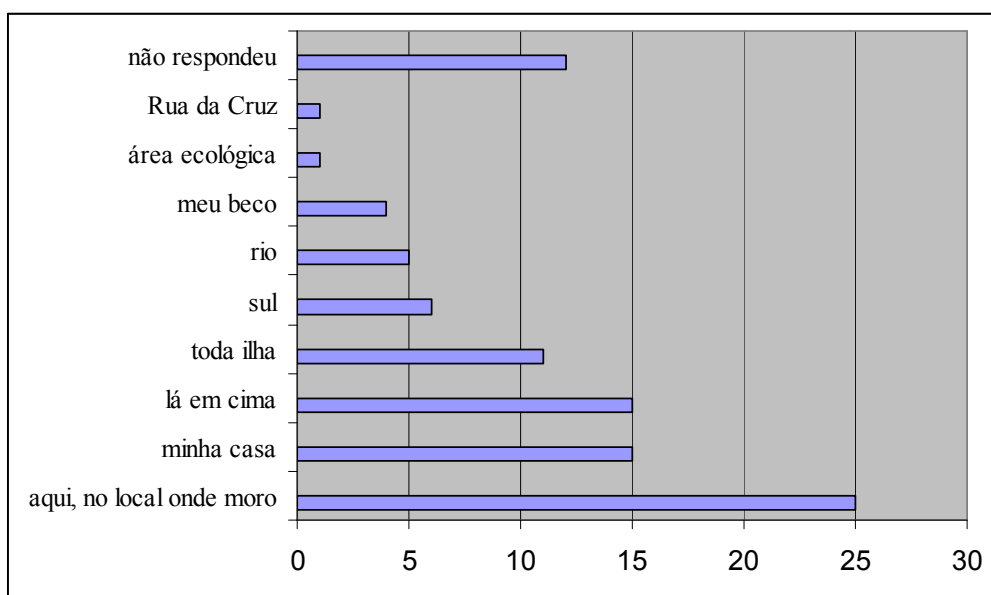
A questão *cite até 5 coisas que você mais gosta na ilha* obteve respostas envolvendo valor afetivo, ecológico, econômico e de lazer, sendo citados tanto elementos físicos quanto sentimentos e as relações com a vizinhança. O elemento *água (rio)* recebeu 31 citações como *beira do rio* ou *ver o rio*, 10 moradores citaram a *pesca*, uma das principais atividades econômicas dos moradores tradicionais – ilhéus, e ainda lazer, sendo citados *regata* e *tomar banho no rio* (6). A contemplação da água foi relacionada com a qualidade de vida que os moradores atribuem à ilha, e um entrevistado afirmou que *é uma ilha, todos gostariam de morar aqui*. A convivência com a vizinhança e amizades na ilha foi citada por 38 pessoas, demonstrando os laços afetivos entre os moradores. Outra categoria mencionada foi *sossego, tranquilidade* (24), afirmando que a ilha é um lugar mais calmo que outros lugares, relacionando a calma com a natureza e o contato com o rio.

De acordo com os resultados, existe uma relação significativa entre o gostar de morar na ilha, os elementos que mais gosta – natureza, sossego e convivência – e o lugar preferido na ilha. Apenas um morador que não gosta de morar na ilha citou aspectos da natureza e dois citaram a vizinhança. Isso indica que os respondentes que não gostam de morar na ilha não têm uma relação de apego ou identidade com o lugar. Diversos moradores dependem da natureza para trabalhar – pescadores,

agricultores e cortadores de pasto; portanto, a preservação da natureza também tem seu valor para a sobrevivência dos habitantes da ilha.

Quando perguntados sobre *qual é o seu lugar preferido?* (Gráfico 1), 83 entrevistados mencionaram um local, enquanto 12 respondentes disseram que não têm um lugar preferido (nenhum lugar ou não sei).

Gráfico 1 – Lugar preferido na Ilha Grande dos Marinheiros



De acordo com os resultados, 42,1% dos entrevistados (40) prefere o local onde mora, referindo-se à porção da ilha próxima de sua moradia – *aqui no local onde moro*; *minha casa* e *meu beco*. Outra parcela dos moradores (15; 15,8%) citou *lá em cima* como o lugar preferido, referindo-se à porção norte da ilha – zona de ocupação rarefeita, local de maior preservação da paisagem natural, enquanto um respondente citou *área ecológica*, fazendo referência, também, à área mais preservada e o banhado e 11 entrevistados responderam *toda ilha* e 5, o *rio*.

4.4 Trabalho e situação do lixo

Grande parte dos problemas ambientais na ilha decorre da situação do trabalho com o lixo. Uma parcela dos moradores que trabalham nessa atividade, não o faz em galpões ou cooperativa, mas sim, no pátio das casas. Em muitos casos, há danos ao meio ambiente e às condições de salubridade, com o lixo espalhado na rua e nas áreas privadas. Quando perguntados sobre o que pensam dessa atividade na ilha, 26 moradores (27,4%) afirmaram que é *ruim*, devido à contaminação e à desorganização, e alguns entrevistados acham que esse trabalho deveria ser proibido. 32 moradores (33,7%) disseram achar *bom*, e, entre esses, alguns afirmam que é a única alternativa de sobrevivência, e se for proibido, vai aumentar a marginalidade. Dezoito moradores (19%) acham que poderia ser *mais organizado e limpo* e 14 (14,7%) citaram que *cada um vive como pode*. Em relação à atividade com o lixo, observa-se que os moradores que consideram o trabalho bom, fazem-no em função da falta de oportunidades, enquanto os demais, acreditam que, mesmo mantendo a atividade, ela deveria ser mais ordenada, não causando danos à saúde e ao meio ambiente.

4.5 Problemas e necessidades

Em relação aos problemas da ilha, a sujeira e a presença do lixo foram citados por 15 entrevistados

(15,8%). A principal reclamação dos moradores é, porém, a *falta de água potável* (63; 66,3%). O abastecimento de água é feito por caminhão pipa, uma vez por semana, até três vezes no verão, havendo problemas de água parada, muitas vezes depositada em recipientes inadequados ou a falta de água. No entanto, os moradores das áreas mais afastadas da ilha não consideram a falta d'água um problema, pois têm água disponível pelo caminhão e o rio. As únicas reclamações desses é a *falta de luz*, ainda que sempre viveram bem assim e a dificuldade com transporte. Outra reclamação dos moradores é *falta de calçamento* na via (19; 20%), que, em dias de chuva, dificulta o trânsito, além dos períodos de alagamentos.

Outra questão fundamental para um projeto de intervenção é a questão dos aterros. Ainda que os moradores vivam em área de interesse ecológico, a maioria (76; 80%) acha necessário aterrar os terrenos e a estrada. Outra parcela (16; 16,8%) acha inadequado os aterros, principalmente os moradores antigos e das áreas mais afastadas, enquanto 3 (3,15%) não opinaram.

Em relação ao material de construção das casas, em se tratando de uma área de interesse ambiental, com riscos de inundação, o mais indicado é a construção de madeira em palafitas, solução encontrada em muitas moradias, principalmente no norte da ilha. Os moradores foram perguntados sobre qual material de construção gostariam que fosse empregado em sua casa, e 39 (41%) responderam *madeira*, por ser *mais adequado ao ambiente* ou *melhor*, enquanto 32 (33,7%) moradores preferem *alvenaria*, ainda que alguns afirmem que as edificações apresentam fissuras e que o terreno ceda. Os demais (24; 25,3%) se manifestaram indiferentes.

A questão dos aterros e o material de construção são aspectos fundamentais para intervenções na ilha e são algumas das principais fontes de degradação ambiental.

4.6 Expectativas em relação à APA

A maioria dos moradores (77; 81,1%) responderam que tem conhecimento que a ilha faz parte de uma APA, enquanto 18 (17,9%) não sabem a respeito. Em relação às suas expectativas, parte dos entrevistados (18; 17,9%) não sabe o que pode mudar ou tem receio de que nada aconteça, enquanto a maior parte da população espera que com a criação da APA, a situação da população melhore com a implantação de infra-estrutura (calçamento e água potável), assim como novas moradias. Alguns citaram ainda que esperam que a natureza seja preservada: “*aqueles que cuidam da natureza, devem ficar. Os que não cuidam, para outro lugar. Estão invadindo o banhado*”. Vários moradores citaram o aumento no número de residências de veraneio de alta renda que vêm sendo construídas no sul da ilha, aumentando o desmatamento e a construção de muros, que descaracterizam a paisagem local e segregam a beira do rio, com preocupações de que esse processo aumente no futuro.

Em relação ao trabalho com o lixo, há divergências entre as posições dos entrevistados. Enquanto alguns defendem o término da atividade, outros afirmam que se for mais organizada, pode, além de gerar o emprego para a população, contribuir para a preservação do meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas com os moradores permitiram identificar e avaliar sua percepção ambiental sobre a Ilha Grande dos Marinheiros: seus valores, atitudes, expectativas e necessidades, além de identificar os conflitos existentes. Para uma intervenção mais sustentável, a consideração desses aspectos, assim como a tentativa de minimização dos conflitos existentes, é fundamental para manter valores importantes, que contenham significado, assim como a incorporação de outros, que possam contribuir para a sustentabilidade do assentamento.

Na Ilha Grande dos Marinheiros, observa-se que, grande parte dos moradores, sobretudo os mais antigos no local, têm ligações afetivas e têm compreensão da importância ambiental da área onde vivem. Recomenda-se que haja estratégias de sensibilização dos outros moradores que não se adequam às condições particulares da ilha, bem como sejam melhoradas as condições de vida de todos, mediados os conflitos existentes, através de um planejamento para uma intervenção sustentável.

6 REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. (coord.) et al. **Engineering of Infrastructure in Informal Urban Areas** - RELATÓRIO FINAL. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil – PCC. São Paulo, 2003.
- ACSELRAD, H.. Discursos da Sustentabilidade Urbana. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. n.1, p. 79- 89, 1999.
- ALVES, M. W. Percepção da Arquitetura e do Urbanismo: Uma aproximação com o Ensino nas Camadas Populares. In: DEL RIO, V. .; OLIVEIRA L. (orgs.) **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**, Editora da UFSCar, Studio Nobel: São Paulo, p.187-212, 1996.
- BECK de Souza Engenharia Ltda. et al. **Avaliação das condições sócio-econômicas do Parque Estadual Delta do Jacuí**. Porto Alegre, 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cidades Sustentáveis**. Formulação e Implementação de Políticas Públicas Compatíveis com os Princípios de Desenvolvimento Sustentável Definidos na Agenda 21. Rio de Janeiro. 2000.
- BUENO, L. M. M. **Projeto e favela**: metodologia para projetos de urbanização. São Paulo, 2000. 362 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. .
- CASTELLO, L. Psicologia Ambiental e Política Ambiental: Estratégias para a construção do futuro. In: **Psicologia USP**, 2005, Vol.16, n.1/2, p. 223-236, 2005.
- CASTELLO, L. Percepção Ambiental e identificação de padrões na paisagem urbana como contribuição ao urbanismo. In: **Bienal Argentina de urbanismo: Ambiente, Urbanismo e Desarrollo sustentable (3.)** Resumes de Ponencias e Interacciones. Luján, 1994.
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L.. **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**, Editora da UFSCar, Studio Nobel: São Paulo, p.3-22, 1996.
- MENEGAT, R. (org.). **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- POL, E. A gestão ambiental, novo desafio para a psicología do desenvolvimento sustentável. In: **Estudos de Psicología**. Vol 8, n. 2, p. 235-243, 2003.
- PORTO ALEGRE. Secretaria do Planejamento Municipal. Grupo de Planejamento do Parque Estadual Delta do Jacuí. **PLANDEL**. Parque Estadual Delta do Jacuí. Plano Básico... Porto Alegre, 1979.
- RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei n. 159/ 2005**. Porto Alegre, 2005.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXII**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Estúdio Nobel/ Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 1993.
- SATTERTHWAITE, D. Como as cidades podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. In: MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (org.) **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades**: Estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2004.
- SILVA, S. R. M.; SHIMBO, I.. Proposição Básica Para Princípios de Sustentabilidade. In: I Encontro Nacional e I Encontro Latino Americano Sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. **Anais...** Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Canela, 2001.
- TUAN, Y. **Topofilia**. São Paulo, DIFEL. 1983.
- WCED- World Commission on Environment and Development. **Our Common Future**. Oxford, Oxford Press University, 1987.
- WIESENFELD, E. La Psicología Ambiental y el desarrollo sostenible. Cual psicología ambiental? Cual desarrollo sostenible? In: **Estudos de Psicología**. Vol 8, n. 2, p. 253-261, 2003.